



VI SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR DE ENSINO, EXTENSÃO E PESQUISA

UNIVERSIDADE, CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS:
SUJEITOS, PRÁTICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

04 A 06 DE JUNHO DE 2024
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
CAMPUS VI - CAETITÉ

SOLIDARIEDADE DOCENTE E APRENDIZAGEM PROFISSIONAL ENTRE PROFESSORAS LICENCIADAS EM HISTÓRIA ATUANTES NA EDUCAÇÃO DE PESSOAS SURDAS

Luciana Oliveira Correia¹

Resumo: O presente texto é parte da pesquisa de pós doutorado intitulada “Ensinando História para pessoas surdas: aprendizados com professoras licenciadas em história atuantes em AEEs”. A pesquisa cujo alguns dos objetivos foi conhecer trajetórias de formação e profissional de três docentes com tal perfil de formação inicial e inventariar saberes e fazeres em relação ao ensino de História a partir das narrativas destas profissionais, foi desenvolvida a dentro da abordagem qualitativa e usando como metodologia entrevistas individuais e no formato de grupo focal. Este trabalho versa sobre uma das constatações narradas sobre o seu aprendizado profissional: o papel que a solidariedade de colegas mais experientes teve na construção dos seus saberes profissionais para trabalhar com inclusão educativa.

Palavras-chave: Aprendizados docentes. Inclusão educativa. Educação de pessoas surdas. Solidariedade docente

Resumen: El texto presenta de datos de la investigación de posdoctorado titulada “La enseñanza de la Historia para personas sordas: aprendizajes con profesoras graduadas en Historia que trabajan en las AEEs (sigla en portugués brasileño para Atención Educativo Especializado)”. La investigación, que tuvo los objetivos de conocer trayectorias de formación y de profesionalización de tres docentes con dicho perfil de formación inicial e inventariar saberes y haceres respecto a sus actuaciones junto a las aulas de Historia, usando sus testimonios como fuentes. Tratase de una investigación cualitativa que utilizó las entrevistas individuales y de grupo focal para la formación de la base de datos. Presentaremos sobre uno de los hallazgos apurados en sus testimonios: el papel jugado por la solidaridad docente de parte de compañeras de trabajo en la construcción de sus saberes profesionales para el labor con la inclusión educativa.

Palabras-clave: Aprendizajes docentes. Inclusión Educativa. Educación de personas sordas. Solidaridad docente.

¹ Doutora em Educação pela Universidad de Alcalá, título reconhecido pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Professora do curso de Licenciatura em História do DCH VI, do PROFHistória da UNEB. E-mail: lcorreia@uneb.br

Panorama da Educação inclusiva e trajetória da formação e professoras/es à partir das reformas educativas à partir dos anos 1990

A educação inclusiva entendida como ações governamentais para “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015), materializada como garantia legal de pessoas com necessidades educativas especiais de frequentar a escola regular, é um fenômeno social relativamente recente na História do Brasil.

Em relação à formação de professoras/es na perspectiva da inclusão educativa, particularmente para a educação de pessoas surdas, os seguintes marcos nos apresentam as bases legais sobre as quais a perspectiva inclusiva da educação especial foi estabelecida.

Quadro I – formação docente e educação de pessoas surdas

Ano	Legislação	O que estabelece
1988	Constituição Federal	Art. 208/III estabeleceu o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
1996	Lei 9394 – de diretrizes e bases da educação Nacional	Art. 58 estabeleceu no sistema educativo brasileiro a educação especial na perspectiva inclusiva. Art.62 graduação em cursos de licenciatura plena como a formação mínima necessária ao exercício profissional na educação básica
2001	Plano nacional de educação (2001-2010)	Texto considera como situação “bastante boa” a qualificação dos quadros docentes das redes de ensino para a docência em salas inclusivas, partindo do pressuposto da existência de número suficiente de profissionais com formação em nível superior nos sistemas de ensino, embora reconhecesse que a eminência da inclusão educativa no ensino regular necessitava de preparação específica por parte dos corpos docente e técnico das escolas
2005	Decreto 5626	Estabeleceu a inclusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como disciplina curricular obrigatória nos cursos de Licenciaturas e de Fonoaudiologia.

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados apresentados na legislação citada.

Podemos citar ainda a Lei 14.191/2021 que inclui os artigos que tratam especificamente da educação bilíngue de surdos, entretanto as referidas mudanças não mencionam as dimensões da formação docente para o trabalho nas escolas bilíngues, por exemplo não abordando e nem incluindo figura da/o professora/or surda/o como o profissional imprescindível na proposta político-pedagógica nesta modalidade de educação.

Traçar uma linha do tempo da educação especial/inclusiva/de pessoas surdas no Brasil, a partir dos marcos históricos e legais nacional, evidencia o assentamento da política pública de inclusão no Brasil. Entretanto não nos permite conhecer como teria ocorrido o fenômeno no “chão da escola”: afinal, estariam as/os docentes que ali trabalhavam efetivamente preparadas/os para atuar na inclusão educacional?

Dados da pesquisa

Os dados foram produzidos a partir de entrevistas semiestruturadas individuais e grupo focal², com três professoras cujas trajetórias profissionais tinham dois elementos em comum: serem egressas do curso de Licenciatura em História e atuar na educação de pessoas surdas. O objetivo principal foi construir narrativas sobre a História profissional, focando na formação acadêmica, na trajetória na docência, na emergência do trabalho com a educação inclusiva e as reflexões sobre a formação inicial oferecida pelos cursos de licenciatura em História. As entrevistas individuais foram realizadas entre abril e junho de 2022 e a do grupo focal em maio de 2023.

As entrevistadas reconheceram o impacto positivo da formação inicial em História em suas vidas. Mas também são unânimes em considerar que os conhecimentos e saberes aprendidos na graduação em História pouco as ajudaram na construção dos conhecimentos para lidarem com suas atividades docentes na educação inclusiva.

² Como se tratou de um projeto de pesquisa com seres humanos, já que incluía entrevistas como recursos metodológicos, o trabalho foi submetido a um Comitê de Ética em Pesquisa, sendo o projeto devidamente registrado na Plataforma Brasil. O material recebeu parecer favorável em março de 2023.

A chegada destas professoras na carreira docente coincidiu com o advento da educação inclusiva nas redes públicas de ensino que trouxe a presença física do alunado surdo nas salas de aula, mas este processo de inclusão educativa não foi acompanhado de uma política de formação docente específica. Segundo suas narrativas, neste primeiro momento as redes de ensino e as escolas onde trabalhavam não exigiram qualquer qualificação específica como pré-requisito para assumirem a função e também não foi ofertado formação em serviço concomitante ao exercício profissional. As narrativas dão a entender que a prática das redes de ensino e das escolas foi receber a demanda entrante e repassar às docentes a necessidade de que “acomodassem” a inclusão nas suas rotinas laborais.

Assim, estas profissionais tiveram um pioneirismo na educação de pessoas surdas nas cidades onde exerceram a profissão, elucidam processos comuns para a construção dos seus saberes docentes. Um aspecto que a princípio aparecia como secundário nos nossos objetivos, teve absoluto protagonismo nas narrativas: o processo de construção dos saberes docentes que mobilizaram para trabalhar com alunas/os surdas. Sendo assim, tiveram que criar as próprias estratégias para desenvolver seu trabalho entre as quais o apelo à solidariedade docente com colegas que já trabalhavam na educação de pessoas surdas buscando entender “como trabalhar”. Esta ação aparece entre algumas outras forjadas “de baixo para cima”, a partir de interesses pessoais e profissionais, e aparentemente também do sentimento de solidariedade e empatia com a inclusão e com a luta das pessoas surdas.

A solidariedade docente: estratégia de aprendizagem docente e *habitus* entre docentes que trabalham na educação de pessoas surdas

Diante do quadro inicial, as docentes narraram ações individuais muito similares que podem ser lidas como estratégias para sobreviver profissionalmente e também como o despertar de um interesse pessoal ou profissional no campo da educação inclusiva e de pessoas surdas.

Uma delas foi a busca por auxílio profissional com colegas que já tinham uma certa experiência na educação de pessoas surdas foi uma das estratégias das depoentes no aprendizado da docência na educação

inclusiva. As professoras relataram práticas como pequenos “intercâmbios” realizados por a expensas próprias em instituições que já tinham alunas/os surdas/os, principalmente nos municípios de Salvador (concretamente a Escola Wilson Lins), de Ipiaú, de Guanambi (junto a Associação de Surdos) e, mais tarde, também no CEEEC em Caetité. Uma das professoras cita testemunho da “Profa I”. A solidariedade profissional cumpriu um papel importante na construção dos saberes dessas docentes. O testemunho da “Profa. C” ilustra muito bem esse processo quando menciona a importância que a “Profa. I” teve no início da sua trajetória na educação de pessoas surdas. Sua fala elucida algo que não havia inicialmente sido proposto pela pesquisa: a existência de duas gerações profissionais entre nossas depoentes.

*Meu contrato [de trabalho] acabou, eu já estava [trabalhando] no município [...] e a aluna foi para cursar o ensino fundamental 2[em uma escola estadual]. Quando chega na nova escola, cadê intérprete? [...] não tem intérprete! [um dia, o diretor] liga para o Centro de Educação Especial do Estado, aqui de Caetité. Aí a “Profa. I” [que era responsável do núcleo de Libras do CEEEC] falou assim “olha, a professora dela do ano passado é excelente em Libras! ela vai dar uma intérprete excelente!”. Então o diretor me liga [...] aí eu fui lá na escola. [o diretor fala] “professora é porque o pessoal me indicou você para ser intérprete da aluna especial”, eu falei “ave Maria! Tá doido? Aprendi Libras outro dia, mais ou menos uma meia dúzia de coisas. Não posso ser intérprete não! [...] quem foi que me indicou?” [...]. ele falou “foi a ‘Profa. I!’”. Liguei para a colega e falei “onde você está com a cabeça minha amiga? Porque eu não sei nada de Libras para interpretar não! Sei o básico, falo qualquer coisinha”, [Profa. I] “não ‘Profa. C’, **você tem condição! Todo mundo aprendeu foi assim. Era ensinando e aprendendo. O surdo ajuda a gente**”, então eu disse “isso é errado! Eu não tenho um curso completo, [e] não tenho um curso superior nesta área.”, [e a Profa. I responde] “ninguém tem! Aqui no interior tá todo mundo aprendendo e ensinando. Pode ir tranquila, você não tá fazendo nada de errado! [...] **“Vai moça! Eu te ajudo!”**. [...] Fui eu, ser intérprete daquela aluna no Estado. [então] O Estado falou “você quer quarenta horas?”. O Estado nunca deu quarenta horas para ninguém nesta vida de contratado. E eu na precisão! [...] Falei “quero!”. Fui trabalhar quarenta horas pelo Estado como intérprete. (Profa. “C”)³*

Além do ofício da docência, as professoras acabaram se especializando em uma outra função: a de tradutoras e intérpretes de Libras/Língua Portuguesa. Atuando tanto de forma remunerada como, e principalmente, de forma voluntária. Aparentemente a escassez dessas/es

³ Destaques nossos.

profissionais nas localidades onde exerciam docência fez com que esse fosse mais um campo de atuação para estas profissionais. Isso contribuiu para suprir a necessidade imediata das escolas e da rede de ensino como também serviu para que tomassem para si a militância da inclusão da pessoa surda.

As professoras apresentaram poucas referências sobre sua prática pedagógica com a disciplina História, talvez porque o trabalho no contexto da educação de surdos dentro das escolas inclusivas ou do atendimento especializado envolve diferentes rotinas: da interpretação e da adaptação de materiais e de métodos do conteúdo específico das disciplinas escolares, passando pelo ensino da Libras como primeira língua e ensino da língua portuguesa como segunda língua, além do atendimento às demandas escolares das/os alunas/os dos diferentes níveis escolares (da educação infantil ao ensino médio/técnico), o acesso às tecnologias assistivas entre outras funções.

Considerações finais

Podemos dizer que o foco inicial da nossa pesquisa estava voltado para conhecer os significados atribuídos pelas docentes sobre a importância dos saberes oriundo principalmente da formação profissional inicial adquiridos através da sua atuação como alunas do curso da Licenciatura em História, objetivando, primeiro, entender a sua importância para a construção dos saberes da prática, ou mais precisamente aqueles que as docentes consideravam ser úteis para seu trabalho, por exemplo na aula de História, e como resignificavam a sua experiência como forma de indicar possíveis melhorias para os cursos de licenciatura em História, seguindo um pouco a tendência de uma reflexão realizada anteriormente (CORREIA, 2022). Entretanto, as professoras remontam a sua imersão na realidade da inclusão educativa e a partir das instituições onde trabalhavam como o *locus* dos aprendizados profissionais.

Usamos aqui as reflexões realizadas por Maurice Tardif (2012) sobre os saberes docentes. A questão que inicia o seu livro pode ser a nossa guia: “quais são os saberes que servem de base ao ofício de professor?”. Tardif adverte que “a relação dos docentes com os saberes não se reduz a uma

função e transmissão dos conhecimentos já constituídos” (TARDIF, 2012, p.36) e nos lembra que o fazer docente está integrado por distintos saberes “com os quais o corpo docente mantém diferentes relações” (iden). Também considera a existência de diferentes tipos de saberes docentes, e de igual forma são as fontes sociais de aquisição e os modos de integração ao seu trabalho.

Para as docentes o lugar da formação inicial no fazer-se professora é secundária em relação à experiência no processo de aprendizagem da docência, nos rementado para a discussão proposta pelo próprio Tardif sobre os saberes experienciais, ou seja, segundo “o conjunto de saberes atualizados, adquiridos e necessários na prática da profissão docente e que não provêm das instituições de formação e nem dos currículos” (TARDIF, 2012, p. 48/49).

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso: 01 de mai.2024.

____. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso: 01 de mai.2024.

____. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm, acesso em 2 de mar. 2021.

____. **Lei n. 10.172**, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília/DF, 10 jan. 2001. Disponível em: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm . Acesso em: 15 jan. 2024.

CORREIA, Luciana Oliveira. Do exótico ao familiar e vice versa: o que a história e a educação histórica tem a aprender com os estudos surdos. In: NOVAES, João Reis; SAMPAIO, JoslanSanto e SANTOS, Wilson da Silva (Orgs.) **História, educação e suas interfaces**. 1ª edição eletrônica. Uberlândia: Navegando, 2022.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Editora Vozes Limitada, 2012.